

ESTADOS FALIDOS

Lágrima Pública

Pacote de governadores inclui 4 projetos

Ed Ferreira/AE—27/1/95



Cristovam Buarque: encontro com Sarney para acertar conversa com colegas de outros Estados

Esboço propõe medidas para refinanciar débito, reduzir pagamento e limitar cobranças judiciais

RICARDO AMARAL

BRASÍLIA — O governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque (PT), enviou ontem aos governadores dos 26 Estados o esboço de um pacote para ser apresentado em conjunto ao Senado e ao Congresso. São quatro medidas de impacto sobre a dívida dos Estados: um projeto de lei para refinanciar o débito global; um projeto de resolução para reduzir de 11% para 6% o limite mensal da receita comprometido com a dívida; um projeto de emenda constitucional para retirar os privilégios das cobranças judiciais, e uma alteração na medida provisória do Cadastro Informativo de Créditos (Cadin).

Cristovam Buarque conversou sobre os projetos de interesse dos governadores com o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). Ficou acertado um encontro de Sarney com um pequeno grupo de governadores, provavelmente na próxima semana. A reunião vai acontecer depois que os esboços receberem a aprovação final nos Estados, que têm problemas diferentes e específicos para resolver uma dívida que soma cerca de R\$ 93 bilhões, incluindo títulos, dívidas externa e contratual, Antecipações de Receita Orçamentária (ARO), com prazos diversos de vencimento.

Sobrevivência — O governador não quis antecipar o conteúdo das propostas, mas insistiu que "não se trata de um confronto com o governo federal ou com a Justiça, mas da sobrevivência dos Estados". Ele admitiu que parte da estratégia, organizada a partir de um encontro em São Paulo, no último dia 14, envolverá "a colaboração do Tesouro Nacional". Isso quer dizer que os Estados tentarão forçar o refinanciamento pelo Tesouro de todas as dívidas, e não apenas a mobiliária.

Os governadores também vão tentar obter, no Senado, condições semelhantes às da renegociação dos créditos externos brasileiros feita em 1993 (alongada para 30 anos, com pagamento de juros anuais de 6%, na média). Um projeto de lei do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) serve de base para essa reivindicação, confirmou Cristovam Buarque. Ele afirmou que a idéia é incluir no pacote alternativas para todos os tipos de endividamento, abrindo espaço até para revisão dos casos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que já fizeram acordos com a União considerados vantajosos.

No caso dos precatórios judiciais, os governadores querem que eles percam o status de dívida preferencial, garantido hoje nas Disposições Transitórias da Constituição de 1988. Quando ela foi promulgada, os Estados ganharam um prazo de oito anos para parcelar os débitos judiciais existentes na época. Eles agora desejam pelo menos alongar o prazo para o pagamento do estoque atual das dívidas judiciais. "Não é nenhum desafio à Justiça e creio que os ministros do Supremo serão sensíveis à proposta", disse Buarque. "Confronto é o que ocorre hoje, porque não podemos pagar e somos sempre ameaçados de intervenção ou prisão".